

Juiz quer derrubar Conselho

São Paulo — Apesar de reconhecer que o Conselho Nacional de Justiça, aprovado pela Comissão de Sistematização com base em proposta do deputado José Maria Eymael, preserva a independência do Poder Judiciário, o presidente da Associação Paulista dos Magistrados, desembargador Odyr Porto, pretende agora lutar para que ele seja rejeitado no plenário.

— Para evitar qualquer equívoco, vamos tentar retirar esse substitutivo no plenário, pois de qualquer forma o Conselho é um órgão de risco — afirmou o desembargador, que acredita mesmo na possibilidade de o Conselho “cair”, graças à atuação dos grupos suprapartidários “que agora são bastante expressivos”.

CONTROLE INTERNO

Segundo Odyr, a criação do Conselho Nacional de Justiça era realmente a principal preocupação dos magistrados em relação ao projeto de organização do Poder Judiciário da Comissão de Sistematização:

— Como estava previsto inicialmente, restringia a independência dos juizes e sem isso não há justiça. Com a aprovação do destaque do deputado Eymael, o Conselho passou a ser um órgão de controle interno, o que não altera a condição de Poder do Judiciário — explicou Odyr, relembrando que foi suprimido do texto original o termo externo do artigo 144, além de retiradas do parágrafo único as referências que tipificavam o Conselho como órgão externo.

TIMIDO

O desembargador argumentou ainda que o Conselho de Justiça funciona bem em países de grande maturidade política, como a França e outras regiões da Europa. De maneira geral, ele acha que o projeto votado pela Comissão de Sistematização, no que se refere à organização do Poder Judiciário, é muito tímido e não atende à principal aspiração da população:

— Era a grande oportunidade de atender ao anseio do povo brasileiro por uma justiça mais rápida, mas o projeto não caminha para isso. Eu queria que o Bernardo Cabral oussasse mais um pouco nesse sentido de acelerar a Justiça — declarou.

Odyr Porto considerou positiva a criação do Juizado de Pequenas Causas, entendendo, porém, que ele deveria se estender a todas as causas. Também encarou como um avanço a manutenção do Supremo como corte constitucional, mas lamentou que os estados só possam legislar sobre o procedimento processual. Na sua opinião, a Justiça seria mais célere se os estados pudessem legislar sobre os processos:

— O fato é que o projeto poderia ser sintético e não analítico, pois os pormenores são diferentes em cada região. Então seria mais lógico entregar aos estados a organização para que a Justiça fosse mais rápida e eficaz — concluiu o desembargador, que chega mesmo a defender “quase que uma Justiça oral para estados como Rio e São Paulo e insiste numa ação penal popular para os chamados crimes do colarinho branco”.

Quércia queria bancada maior

JULIO ALCANTARA



Quércia: “É uma violência contra São Paulo”

ção do número de habitantes no estado.

O governador Orestes Quercia disse que se ficar configurada a transgressão ao tabelamento pela Autolatina, será aberto inquérito policial e serão tomadas medidas cabíveis:

— Temos que fazer respeitar a autoridade do Governo e, se for possível, colocar essa gente na cadeia. Quem transgredir a lei merece isso. Vamos pedir ao Presidente e ao Ministro da Fazenda uma ação efetiva para que o Brasil não seja desmoralizado.

O governador comentou que pretende falar com o Ministro da Fazenda e com o “companheiro” Ulysses, que não aceita o acordo com o FMI.

Para Quercia, esse acordo implica mais desemprego e incerteza e que para ele, o País precisa de trabalho, ação, crescimento e melhores salários.

Quercia reafirmou que defende eleições diretas para Presidente em 1989, embora admita que se a Constituinte aprovar para 1988 ele pretende respeitar. Falando à imprensa, admitiu que os problemas fazem parte do regime democrático.

— Política é aquilo que o Presidente diz: todos os dias existem problemas para serem administrados, mas isso é próprio de uma democracia. Quem quiser democracia tem que saber que é desse jeito.

Vereadores aprovam moção pedindo as diretas em 88

Natal — O XXIV Encontro Nacional de Vereadores, promovido pela União dos Vereadores do Brasil, foi encerrado ontem, em Natal, com a participação de 2.234 parlamentares municipais de todos os estados do País. Entre as 280 teses e moções apresentadas, foi aprovada, com 1.904 assinaturas, uma moção para ser encaminhada ao deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, pedindo luta e aprovação das eleições diretas para Presidente da República em 15 de novembro de 1988, data esta em que seria comemorado o “Dia da Democracia”, segundo o autor da proposta, vereador Pedro Jorge Moreira Nery (Tapevi-SP).

A “Carta de Natal”, aprovada por aclamação no auditório lotado do Centro de Convenções da capital potiguar, concluiu que “os vereadores brasileiros, após amplas e democráticas discussões em painéis, debates, apresentação de teses e moções, reafirmaram neste momento histórico da Nação brasileira da importância de sua importância para a garantia da efetivação do processo constituinte, revestindo-se este encontro num símbolo da luta dos vereadores e do

povo pela conquista de uma Constituição democrática e progressista e que atenda aos interesses da Nação”. Pela importância do encontro, a “Carta de Natal” aprovou “por sua participação e compromissos nesse encontro, a cidade de Natal como “a capital da Constituinte”.

COMPROMISSOS

O documento aprovado lembrou e reafirmou as bandeiras e propostas contidas no relatório entregue à Comissão de Sistematização e ao plenário da Assembleia Nacional Constituinte na “Marcha à Brasília por uma Constituinte Democrática e Progressista”, realizada em junho deste ano: direitos econômicos políticos e sociais aos cidadãos brasileiros; liberdades democráticas; reforma agrária e reforma urbana que contemplem os interesses dos trabalhadores e do povo brasileiro; autonomia e independência dos poderes; imunidade parlamentar em todo território nacional; reforma tributária; retomada da prerrogativa de legislar sobre matéria financeira; direito de formulação das leis orgânicas e das políticas municipais e sistema de voto proporcional”.

Durante o encontro foi realizada uma votação não

obrigatória que serviu de indicativo para apontar o sistema de governo e uma definição sobre eleições e mandato do Presidente da República. No tema eleições gerais em 1988 de vereadores a Presidente da República, votaram 885 vereadores com 556 a favor, 295 contra, 8 votos nulos e 26 em branco. Quanto ao regime de governo, 451 vereadores votaram a favor do sistema presidencialista e 424 optaram pelo sistema parlamentarista, enquanto 10 restantes foram votos nulos e em branco.

No cronograma de mobilizações, a Carta de Natal aprovou recomendação para que os vereadores partam da Capital potiguar para seus municípios de origem organizados para as próximas etapas, através de suas entidades (as uniões estaduais, junto com a UVB), com as seguintes prioridades: a criação, por cada Câmara Municipal, de comissões especiais para estudo das leis orgânicas municipais, e marchas à Brasília, especialmente durante a votação, na Comissão de Sistematização, do tempo de mandato do Presidente da República, e no plenário da Assembleia Nacional Constituinte, dos capítulos referentes aos municípios e ao Poder Legislativo.